

Boas Práticas com a Pessoa com Deficiência Auditiva



**Lauiza Rangel da Silva
Liana Pontes Rangel dos Santos
Ana Paula Madeira Di Benedetto**

2022

Essa publicação é uma iniciativa do Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – NAP/UENF voltada às pessoas que têm interesse em inclusão e educação inclusiva. A publicação chama atenção para as boas práticas com a pessoa com deficiência auditiva, incluindo apontamentos sobre práticas pedagógicas que podem ser aplicadas pelos professores da educação básica e superior.



APOIO:  **FAPERJ**  **CNPq**

Logotipos do NAP/UENF, UENF, Pró-reitoria de Extensão da UENF - PROEX, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.



Capa do livro: Símbolo Internacional da Surdez e Perda Auditiva. O símbolo normalmente é visto em locais que oferecem acessibilidade, algum tipo de ajuda ou acesso especial para deficientes auditivos. O símbolo também pode ser utilizado para identificar uma pessoa com deficiência auditiva.

Designed by Freepik

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silva, Lauiza Rangel da

Boas práticas com a pessoa com deficiência auditiva [livro eletrônico] / Lauiza Rangel da Silva, Liana Pontes Rangel dos Santos, Ana Paula Madeira Di Beditto. -- 1. ed. -- Campos dos Goytacazes, RJ : Ed. dos Autores, 2022.

PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-52100-9

1. Acessibilidade 2. Educação inclusiva
3. Pessoas com deficiência auditiva - Direitos
4. Pessoas com deficiência auditiva - Educação
5. Prática pedagógica I. Santos, Liana Pontes Rangel dos. II. Beditto, Ana Paula Madeira Di. III. Título.

22-126103

CDD-371.912

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas com deficiência auditiva : Educação
371.912

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Direito autoral registrado na Câmara Brasileira do Livro em nome das autoras:
DA-2022-025622

Apresentação das autoras:

Lauiza Rangel da Silva

Pedagoga com aperfeiçoamento em educação especial e inclusiva, pós graduada em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Libras, com atuação na área de educação de crianças e jovens surdos e tradução e interpretação de Libras.

Liana Pontes Rangel dos Santos

Estudante de Serviço Social e estudante de Letras-Libras, com experiência na área de ensino da Libras (nível básico) para crianças surdas.

Ana Paula Madeira Di Beneditto

Bióloga, Mestre e Doutora em Biociências e Biotecnologia. Pedagoga especializada em atendimento educacional especializado e neuropsicopedagogia. Professora do Laboratório de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Bolsista de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e bolsista do programa Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

Sumário

Prefácio	4
Considerações iniciais	6
Deficiência auditiva: definições, causas e legislação	7
Variação nas deficiências auditivas	10
Língua Brasileira de Sinais - Libras: histórico, definições e utilização	14
Como interagir e se comunicar com a pessoa com deficiência auditiva: dicas para o cotidiano	19
Melhores práticas pedagógicas com a pessoa com deficiência auditiva: dicas para a educação básica e superior	22
Considerações finais	27
Referências citadas no texto e links sobre o tema para consulta	28



Desenho de mãos coloridas estendidas que simbolizam diversidade, integração e inclusão.

Prefácio

Mais de 2500 anos após o primeiro registro histórico reconhecido como o marco dos direitos humanos, o “Cilindro de Ciro”, ainda estamos engatinhando no sentido de compreensão e prática dos conceitos básicos que envolvem a vida em sociedade. Após conquistar a cidade da Babilônia, Ciro II, primeiro rei da antiga Pérsia, libertou os escravos e declarou que todas as pessoas tinham o direito de escolher a sua própria religião, e estabeleceu a igualdade racial. Em 1948, em Assembleia Geral, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelecendo em seu artigo primeiro que: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Um certo avanço no sentido de reconhecimentos de direitos, e obviamente também deveres, se fez notar mais acentuadamente nos últimos anos. Ainda assim, os passos são ainda lentos principalmente no que se refere as questões práticas que envolvem a inclusão das pessoas com deficiência.

Termos como inválidos, incapacitados e incapazes foram utilizados até meados do século XX. Termos como deficientes, excepcionais, pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas com necessidades especiais, pessoas especiais e portadores de necessidades especiais continuam sendo indevidamente utilizados nos dias de hoje. O termo ‘pessoa com deficiência’ foi utilizado pela primeira vez na convenção de Salamanca, em 1994, e posteriormente ratificado na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2006. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) sofreu alteração em 2013, passando a utilizar o termo “pessoa com deficiência”, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência consolida a utilização deste termo em 2015.

O breve relato acima mostra como são essenciais ações como a apresentada pelas autoras da publicação “Boas Práticas com a Pessoa com Deficiência Auditiva”. Pode-se compreender até certo ponto as inúmeras dificuldades que se apresentam para a efetivação na prática de uma educação verdadeiramente inclusiva porém, é inaceitável que a sociedade e, sobretudo os profissionais da educação, ainda não estejam familiarizados e atualizados com os termos e as formas de interação e comunicação com as pessoas com deficiência. A presente obra certamente irá auxiliar na mudança deste cenário e contribuirá para que, além das boas práticas, possamos também avançar mais profundamente nas questões que envolvam a acessibilidade pedagógica das pessoas com deficiência em todos os níveis da educação brasileira.

Prof. Sergio Luis Cardoso

Coordenador Geral
Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da UENF



Imagem da fachada frontal do NAP/UENF. O prédio é redondo, de pavimento único, na cor branca e com faixas vermelhas em volta das janelas e na marquise de entrada. Na porta de vidro e acima da marquise há logotipos do NAP/UENF, da UENF e da PROEX. Nas janelas há adesivos coloridos que formam a palavra acessibilidade, que está escrita em português, Braille e no alfabeto manual da língua de sinais. A esquerda da fachada há um poste de concreto, à direita há um poste branco de iluminação solar, e ao fundo há árvores

Autora da imagem: Ana Paula M. Di Benedetto.

Considerações iniciais

Nada sobre nós sem nós! Essa frase teve origem nos Estados Unidos no início do século XX, e é a tradução literal de *Nothing about us without us*. A frase se tornou o lema para representar o movimento das pessoas com deficiência, indicando que todas as decisões que envolvem essas pessoas devem ser tomadas com a participação delas.

A contribuição da medicina, da tecnologia e da legislação no que se refere a melhoria da qualidade de vida e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência é inegável. Entretanto, apesar das garantias legais de acessibilidade e inclusão para o pleno exercício da cidadania e da vida cotidiana, essas pessoas ainda se deparam com barreiras. A principal barreira é a social. A transposição da barreira social está diretamente relacionada a mudança de comportamento das pessoas, em especial das pessoas sem deficiência. Sasaki (2009) descreve essa mudança de comportamento como acessibilidade atitudinal, que está relacionada a eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

O Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – NAP/UENF quer contribuir na superação da barreira social a partir da organização da série de publicações denominada de ‘Boas Práticas’. Neste caso, trata-se da publicação ‘Boas Práticas com a Pessoa com Deficiência Auditiva’. Incluímos na publicação, por exemplo, aspectos relacionados as formas de comunicação com a pessoa com deficiência auditiva, e dicas sobre as melhores práticas pedagógicas com o estudante com deficiência auditiva, que podem ser aplicadas na educação básica e superior. Ao longo do texto, as pessoas com deficiência podem ser referidas como PcD apenas para simplificar a redação.

Boa leitura e boas práticas!

Deficiência auditiva: definições, causas e legislação

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, indica que: “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). A deficiência auditiva é uma das deficiências sensoriais, e está relacionada a perda de audição.

De acordo com a última Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, realizada em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, a prevalência na população brasileira de pessoas com deficiência em pelo menos uma de suas funções é de 8,4%. Desse total, 1,1% são pessoas com deficiência auditiva. A PNS (2019) considerou deficiência auditiva a condição de ouvir com muita dificuldade ou não conseguir ouvir de modo algum.

A perda de audição pode ser decorrente de quatro situações: i) condução, quando ocorre no trajeto do som entre o ouvido externo e o ouvido médio; ii) neurosensorial, quando há impossibilidade de recepção do som por lesão da cóclea ou do nervo auditivo (ouvido interno); iii) mista, que é a união dos dois grupos anteriores; e iv) central, quando há dificuldade na compreensão das informações sonoras devido a alterações no processamento da informação sonora do sistema nervoso central. A perda de audição pode ser hereditária (genética), congênita ou adquirida ao longo da vida. Rubéola gestacional, meningite, sarampo e caxumba são algumas das doenças relacionadas a perda de audição, bem como a ingestão de determinados medicamentos pela gestante, recorrência de otites, acúmulo de cera no ouvido, exposição contínua a altas intensidade sonoras, traumatismos e envelhecimento. A surdez adquirida ao longo da vida é muito mais comum que a surdez de nascença. Apenas 9% das pessoas surdas são surdos de nascença, e o restante (91%) perdeu a audição ao longo da vida, ou seja, são surdos adquiridos. Dentre os surdos adquiridos, 50% perdeu a audição após 50 anos, segundo dados da PNS (2019).

A deficiência auditiva é muito heterogênea, mas há tratamentos que variam conforme a causa. O tratamento pode ser a remoção de cera acumulada no ouvido, a colocação de aparelho que amplia o campo auditivo ou as cirurgias (implantes, restabelecimento do tímpano e/ou dos ossos do ouvido, retirada de tumor, etc.). Para pessoas surdas com perda de audição severa ou profunda, que não se beneficiam de aparelhos auditivos, os implantes podem ser uma opção. Os implantes auditivos são dispositivos eletrônicos cirurgicamente implantáveis com a função de transmitir estímulos elétricos ao cérebro por meio do nervo auditivo, que são interpretados como som. Os tipos de implante disponíveis são: cocleares (IC), condução óssea (Baha - *Bone Anchored Hearing Aid*), ouvido médio e tronco cerebral. Os implantes são formados por duas partes: o implante propriamente dito (parte interna) e o processador de áudio externo. A pessoa pode ser implantada em um ouvido (implante unilateral) ou nos dois (implante bilateral). Adultos e crianças com problemas auditivos severos ou com tipos específicos de deficiência auditiva podem se beneficiar com o uso dos implantes. A indicação cirúrgica e a escolha do melhor implante dependerão de exames e avaliação médica. A colocação do implante está prevista pelo Sistema Único de Saúde - SUS, e consta na lista de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O ouvido humano detecta sons de 20 a 20.000 Hz. O exame que avalia a capacidade das pessoas em ouvir e interpretar sons é chamado de audiometria. Esse exame gera um audiograma e avalia as frequências de 250 Hz até 8.000 Hz, pois é nesse intervalo que estão todos os sons da fala e a maioria dos sons ambientais. Limiar auditivo é o nível mínimo de pressão acústica eficaz necessária para provocar uma sensação auditiva em um ambiente silencioso. A unidade de medida decibel (dB) é usada para medir a intensidade do som (volume) a partir da relação entre os picos e as depressões de uma onda sonora: quanto mais alta a onda, maior será o volume e a quantidade de decibéis. A audição normal tem limiares entre 0 a 24 dB. A partir de 25dB se definem os diferentes graus de severidade da deficiência auditiva: deficiência auditiva leve (entre 25 a 40 dB), deficiência auditiva moderada (entre 41 e 70 dB), deficiência auditiva severa (entre 71 e 90 dB), e deficiência auditiva profunda (acima de 90 dB).

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, define como deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB ou mais nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz, aferida por audiograma. O uso de tecnologias auditivas não cura a surdez, mas permite que as pessoas que não ouvem com a audição natural façam isso por meio de tecnologia. Dessa forma, a pessoa que se enquadra no limiar auditivo de 41 dB ou mais, com perda bilateral, continuará sendo PcD para fins legais, mesmo que escute por meio dessas tecnologias.

As pessoas com deficiência auditiva estão amparadas pelos dispositivos legais previstos na LBI; na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN ou Lei Darcy Ribeiro); no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Lei da Libras) e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida); na Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para PcD em curso técnico de nível médio e curso superior; na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Cotas) e no Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, que tratam no ingresso das PcD no mercado de trabalho; e na legislação correlata. Os estados e municípios têm competência para organizar legislação própria sobre as PcD, incluindo acesso à educação técnica e superior e ao mercado de trabalho. Alguns municípios brasileiros já aprovaram legislação própria sobre o assunto, amparando como PcD àquelas que têm perda auditiva unilateral. Há um projeto de lei federal em tramitação sobre isso desde 2016 (PL 1361/2015).

O documento legal que comprova a condição de deficiência auditiva para que a pessoa tenha seus direitos garantidos é o laudo médico com o número da CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde). CID de perda auditiva se refere à classificação das doenças relacionadas ao sistema auditivo, que geralmente recebem um código entre H60 e H95, já que essa é a categoria chamada “doenças do ouvido e da apófise mastóide”.

Variação nas deficiências auditivas

Para começar, convém esclarecer como NÃO se referir às pessoas que têm deficiência auditiva, independente do grau de severidade da deficiência. Não utilize as palavras surdo-mudo, surdinho, mudinho. Os termos corretos são surdo, pessoa surda, pessoa com deficiência auditiva (Sasaki, 2002, atualizado em 2011). Os diminutivos “surdinho” ou “mudinho” denotam que a pessoa não é tida como uma pessoa completa.

A pessoa que não tem nenhuma perda auditiva e não precisa de aparelhos ou implantes para ouvir é denominada de ouvinte. Mesmo que uma pessoa com perda auditiva volte a escutar devido às tecnologias auditivas, por exemplo, não será considerada pessoa ouvinte.

Quando se refere ao surdo, a palavra “mudo” não corresponde necessariamente à sua realidade. Na verdade, as cordas vocais e as demais partes do aparelho fonador da pessoa surda são funcionais na maioria dos casos. Isso significa que se a pessoa fizer fonoterapia poderá oralizar, ou seja, usar a fala, a voz. Os surdos têm voz, e a dificuldade em oralizar está relacionada ao fato de não terem aprendido o necessário para a oralização, ou terem vergonha. Por outro lado, há casos de pessoas que ouvem (não são surdas), mas têm um distúrbio da fala e, por isso, não oralizam. Há ainda a pessoa surdocega, que tem a deficiência auditiva e visual concomitantes. A Organização Mundial da Saúde - OMS reconhece a surdocegueira como uma deficiência única. As pessoas surdocegas se comunicam pela língua de sinais na palma das mãos, denominada como língua de sinais tátil, ou pelo método tadoma. Na comunicação pelo método tadoma, a pessoa surdocega coloca sua mão no rosto do interlocutor, com o polegar tocando suavemente o lábio inferior e os outros dedos pressionando levemente as cordas vocais.

Afinal, o termo correto é pessoa com deficiência auditiva ou pessoa surda? Depende! Deficiência auditiva é um termo abrangente que inclui os diferentes graus de severidade da perda de audição, enquanto surdez se refere a perdas superiores a 41 dB (Sasaki, 2002, atualizado em 2011). Logo, todo surdo tem deficiência auditiva, mas nem toda pessoa com deficiência auditiva é surda. Há pessoas com deficiência auditiva que não gostam de ser chamadas de surdas, e vice-versa. Na dúvida, indague a pessoa qual é a melhor forma de se referir a ela ou a sua condição sensorial.

Para entender a variação que existe entre as pessoas com deficiência auditiva, apresentamos abaixo algumas definições. Essa compreensão será de grande valia para melhorar a convivência entre pessoas com deficiência auditiva e ouvintes, e especialmente importante para o professor que tem (ou pode vir a ter) estudantes com deficiência auditiva em sala de aula.

As pessoas com deficiência auditiva leve (ou de leve a moderada) têm algum resíduo auditivo e/ou compensam a perda da audição com aparelhos auditivos. Com isso, elas conseguem ter boa discriminação auditiva da fala. Ao se comunicar com elas, você não precisa gritar, pois a função do aparelho auditivo é justamente essa, amplificar o som.

No caso da pessoa surda, geralmente se trata de pessoa que tem deficiência auditiva moderada a severa, severa ou profunda. Para entender a condição da surdez e a forma de comunicação preferencial dos surdos é preciso relacionar a época que a pessoa perdeu a audição com o estágio da aquisição da linguagem. A surdez pré-lingual é a que a criança apresenta antes de desenvolver linguagem oral suficiente para falar e compreender a fala. Os surdos de nascença ou que adquiriram a surdez até o primeiro ano de vida, por exemplo, são exemplos de surdos pré-linguais. Quando a criança perde a audição durante o desenvolvimento da linguagem é denominada surdez peri-lingual. A surdez pós-lingual é a surdez adquirida após a pessoa já ter desenvolvido a linguagem oral e a compreensão da fala, o que geralmente ocorre após 6 anos de idade.

A forma de comunicação principal com a pessoa surda pode variar, a depender de suas escolhas. O Decreto nº. 5.626, de dezembro de 2005, garante aos surdos o direito de optar pela língua de sinais como primeira língua (L1), e ter a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua (L2). Há surdos, entretanto, que não utilizam a língua de sinais, e mantém a língua portuguesa como primeira língua (mais detalhes sobre isso a seguir, no próximo item desta publicação). Entendendo isso, vamos definir a terminologia aplicada às pessoas surdas:

Surdos sinalizados: pessoas com perda auditiva que utilizam a língua de sinais como forma principal de comunicação. A maioria nasceu surda ou perdeu a audição antes da formação plena da fala (surdos pré-linguais). Os surdos sinalizados se autodenominam Surdos (com S maiúsculo) por fazerem parte da comunidade Surda, ou seja, aquela que utiliza a língua de sinais como língua principal.

Surdos oralizados: pessoas que perderam a audição após a aquisição completa da fala, a partir dos 6 anos (surdos pós-linguais), e surdos pré-linguais que aprenderam a falar por fonoterapia. Em geral, os surdos oralizados falam por meio da voz (com pouco ou muito sotaque), fazem leitura labial e, a depender de quando perderam a audição e do nível de escolarização, são fluentes na língua portuguesa falada e escrita. Os dados da PNS (2019) sobre deficiência auditiva no Brasil indicam que a maioria dos surdos tem surdez pós-lingual. Na verdade, se a maior parte das pessoas surdas tem as cordas vocais e o aparelho fonador preservados, poderiam ser oralizadas. No entanto, essa não é a realidade. Muitos não tiveram ou não têm a oportunidade de fonoterapia, e outros simplesmente não desejam essa modalidade de comunicação, preferindo se manter surdos sinalizados, reconhecidos como integrantes da comunidade Surda.

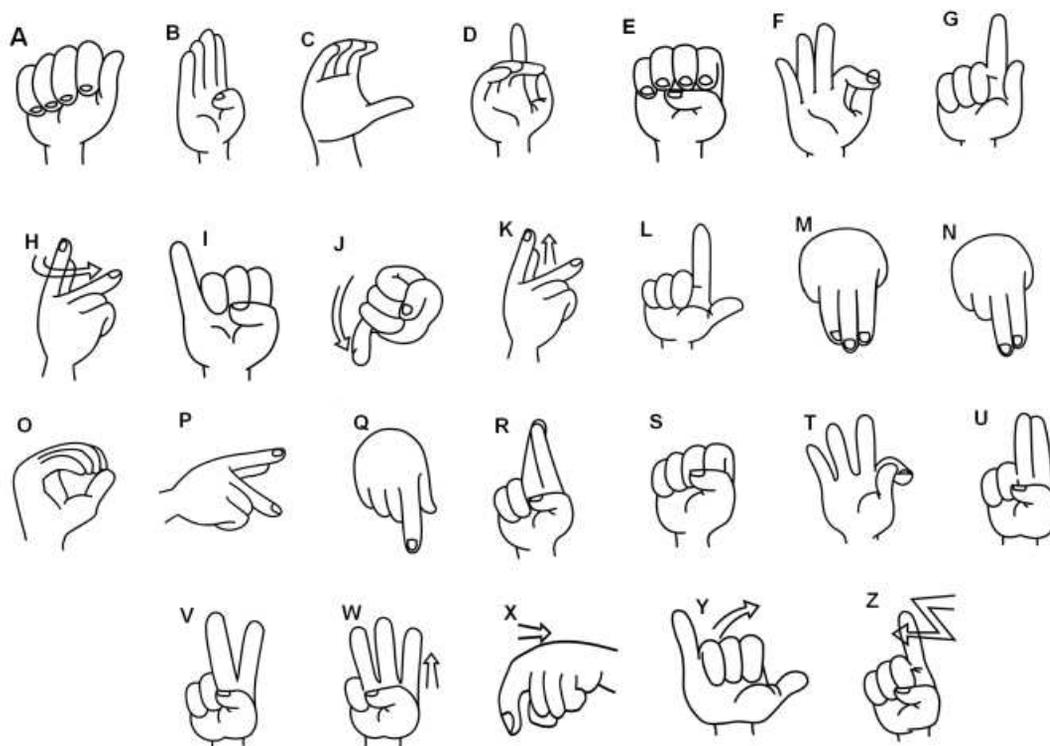
Surdos bilíngues ou bimodais: surdos que são fluentes na língua portuguesa (no caso do Brasil) e na língua de sinais, independente da escolha que fazem em relação a sua primeira língua ou forma principal de comunicação.

Surdos implantados: termo que se refere a pessoas surdas que utilizam algum tipo de implante para recuperar parte da audição.



A esquerda, imagem de um rapaz de frente e duas moças, uma de frente e outra de costas, conversando em língua de sinais. À direita, imagem da cabeça de um rapaz, de perfil, usando aparelho auditivo na orelha esquerda.

Designed by Freepik



Datilografia ou alfabeto manual da língua de sinais. Disponível em:
<https://ead.uenf.br/moodle/course/view.php?id=940>

Língua Brasileira de Sinais - Libras: histórico, definições e utilização

Histórico

O clérigo francês Charles Michel de l'Épée (1712-1789) é o responsável pela organização das línguas de sinais tal como conhecemos atualmente. Na França daquela época, as pessoas surdas utilizavam uma linguagem manual comum, e ele aprimorou isso, utilizando sinais manuais que substituíam os sons do alfabeto. Charles Michel de l'Épée não era surdo, mas como pedagogo e logopedista desenvolveu o alfabeto manual, dando-lhe o nome de língua francesa de sinais, e um método sistemático para ensinar pessoas com deficiência auditiva. Em 1755, ele fundou em Paris a Institution Nationale des Sourds-Muets (Instituto Nacional de Surdos-Mudos), instituição pública e gratuita para receber crianças surdas e instruí-las. Ele foi uma das primeiras pessoas a afirmar que os surdos eram cidadãos com plenos direitos na sociedade.

A língua brasileira de sinais - Libras tem raízes linguísticas da língua francesa de sinais, pois foi trazida ao Brasil pelo professor surdo Harnest Huet, que estudou no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. Harnest Huet veio ao Brasil a convite do imperador Dom Pedro II. O imperador tinha um familiar surdo, e estava interessado que ele tivesse acesso à educação. A história da educação formal dos surdos no Brasil iniciou-se em 1857, com a fundação do Imperial Instituto de Surdos Mudos. Atualmente, a instituição é o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), e está sediada no bairro Laranjeiras, no estado do Rio de Janeiro. No Brasil, o Dia do Surdo é comemorado em 26 de setembro em referência a data de fundação do INES.

O INES é vinculado ao Ministério da Educação e é o centro de referência nacional na área da surdez, subsidiando a formulação de políticas públicas e apoiando a sua implementação nas esferas subnacionais de Governo. O INES atua na educação de surdos (educação básica), na formação e qualificação de profissionais na área da surdez, em pesquisas para elaboração e distribuição de instrumentos técnicos e materiais pedagógicos e fonoaudiológicos, na organização de publicações, seminários, congressos e cursos de extensão relacionados a área da surdez, e na assessoria sobre o tema no Brasil e no exterior.

Definições e utilização

Libras é a abreviatura de língua brasileira de sinais. Capovilla & Raphael (2001), entretanto, recomendam o termo língua de sinais brasileira. Os autores esclarecem que língua de sinais é uma unidade, que se refere a uma modalidade linguística quiroarticulatória-visual e não oroarticulatória-auditiva. Portanto, língua de sinais brasileira é a língua de sinais desenvolvida e empregada pelos surdos sinalizados ou bilingues no Brasil. No entanto, como língua brasileira de sinais ainda é o termo mais usual e reconhecido pela maioria das pessoas para identificar a Libras, manteremos o termo nesta publicação.

Libras é uma língua. A comunicação sinalizada dos e com os surdos constitui uma língua, e não uma linguagem. A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Lei da Libras) define a Libras como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Na comunicação pela Libras não se faz mímica, gestos ou caretas. Os sinalizantes utilizam configuração da mão, ponto ou local de articulação, movimento, orientação/direcionalidade, expressão facial e/ou corporal, que são os parâmetros que fundamentam todas as línguas de sinais. O aprendizado de uma nova língua é sempre interessante, e no caso da Libras podemos destacar alguns benefícios práticos, além da comunicação com surdos sinalizados. A comunicação em Libras permite conversar sem fazer ruído, ou conversar com uma pessoa que está distante de nós sem aumentar o tom da voz ou gritar. Isso pode ser útil em espaços onde a manutenção do silêncio é necessária.

A legislação inclui a Libras no grupo das línguas do Brasil. A Libras não é igual a língua portuguesa, pois tem morfologia e sintaxe próprias. Não basta aprender os sinais para se comunicar em Libras. Como qualquer outra língua, é preciso estudar a gramática e a estruturação das frases para ter fluência. A Libras também apresenta variações linguísticas relacionadas a regionalidade, fatores sociais e grau de escolarização. A língua de sinais não é universal, e cada país tem a sua: língua de sinais americana, francesa, espanhola, etc.

O bilinguismo na educação dos surdos brasileiros se refere a utilização da língua de sinais como primeira língua, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. O direito dos estudantes surdos de terem uma educação que contemple as duas línguas é garantido pelo Decreto nº. 5.626, de dezembro de 2005. A legislação brasileira também garante a acessibilidade em Libras em várias frentes, como na educação (todos os níveis de formação), em serviços públicos e privados, em processos seletivos e concursos públicos. Muitas pessoas, em especial ouvintes, acreditam que basta a acessibilidade em Libras nas frentes citadas acima ou em filmes, programas de televisão, eventos e na internet para que todas as pessoas surdas sejam incluídas. Isso não é verdade!

A Libras é a língua naturalmente utilizada pelas pessoas surdas? Toda pessoa surda é obrigada a aprender Libras? Toda pessoa surda é usuária da Libras? A resposta é 'não' para todas as perguntas. Aliás, uma minoria de pessoas surdas é usuária da Libras, conforme dados da PNS (2019). Essa foi a primeira pesquisa oficial do Governo Brasileiro que levantou dados sobre a utilização da Libras no país. A pesquisa indicou que entre pessoas de 5 a 40 anos com deficiência auditiva (i.e., muita dificuldade para ouvir ou não conseguem ouvir de modo algum), somente 22,4% sabiam usar a Libras. A maioria dos surdos não sabe se comunicar em Libras, pois são surdos adquiridos, pós-linguais e oralizados, que se comunicam principalmente com apoio de leitura labial e uso da fala, e tem na língua portuguesa sua língua principal. Essas pessoas precisam de recursos de acessibilidade mais adequados a sua condição, tais como legendas. A acessibilidade para pessoas surdas não pode se resumir à interpretação em Libras. Os dados estatísticos da PNS (2019) são essenciais para guiar políticas que ofereçam acessibilidade e inclusão para todos os grupos de pessoas com perda auditiva. Obviamente que a Libras tem função importante na comunicação de uma parcela de pessoas surdas, especialmente as sinalizadas, mas a acessibilidade na língua portuguesa é fundamental para a maioria.

O Decreto nº. 5.626, de dezembro de 2005, expõe claramente que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. O art. 13 da Constituição Federal diz: "A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil". Portanto, o Brasil só tem uma língua oficial: a língua portuguesa. A língua oficial se caracteriza por ser a língua obrigatória para todas as ações próprias da relação dos cidadãos com o Estado, e do Estado com seus cidadãos. Isso inclui a educação. Um país tem a obrigação de garantir a educação de seus cidadãos na sua língua oficial. No Brasil, o ensino se dá em língua portuguesa, mesmo que na escola sejam ensinadas outras línguas. Além da língua portuguesa, mais de 150 línguas são praticadas no país, entre línguas indígenas, línguas dos imigrantes, espanhol falado nas regiões de fronteira com países da América Latina e a Libras. Portanto, a pessoa surda precisa ser alfabetizada na língua portuguesa escrita, pois se trata, entre outras coisas, de garantir o exercício pleno da cidadania.

O estudo de Pereira (2014) com estudantes surdos (pré-linguais) que têm Libras como primeira língua, por exemplo, demonstrou que o conhecimento de mundo e de língua constituído na língua de sinais fornece base para o aprendizado da língua portuguesa. Devido à perda auditiva, é pela visão que os surdos têm acesso ao mundo. A partir disso, a autora sugere que as situações de leitura devam ser apresentadas aos surdos desde o início da escolaridade, pois desta forma eles serão inseridos no funcionamento linguístico-discursivo da língua portuguesa. Segundo a autora, é importante expor os estudantes surdos à leitura de textos autênticos e interessantes, de diferentes gêneros e tipos textuais, pois isso facilita o aprendizado da língua portuguesa e amplia seu conhecimento letrado.

Com base na concepção discursiva de língua, o objetivo no ensino da língua portuguesa para alunos surdos e ouvintes é desenvolver a habilidade de produzir e interpretar textos, e não apenas palavras e frases. Ler não é apenas decifrar códigos. O hábito da leitura permite aquisição de novos conhecimentos, aprimoramento da escrita, do vocabulário, do raciocínio e da capacidade interpretativa, e formulação e organização do pensamento. A leitura é importante na fixação de conteúdos, e é fundamental na formação do cidadão crítico.

Para finalizar essa parte da publicação, propomos uma questão importante para reflexão. No Brasil, há pessoas e segmentos da sociedade que defendem veementemente a Libras como única opção de primeira língua dos surdos, e a necessidade de todos os surdos serem usuários da Libras para manutenção de uma identidade Surda (com S maiúsculo, conforme explicado anteriormente). Por outro lado, há pessoas surdas que não fazem a opção pela Libras como primeira língua, nem sequer sabem Libras, e defendem a reabilitação auditiva dos surdos. Atualmente, a reabilitação auditiva é muito beneficiada pelos avanços médicos e tecnológicos, e pelo acesso aos serviços de saúde. Cada pessoa e cada família fará as suas escolhas, obviamente, mas quando se trata de inclusão da pessoa surda é preciso levar em conta a heterogeneidade que existe na deficiência auditiva e as escolhas que a legislação garante: 'Libras para quem é de Libras' e 'legenda para quem é de legenda', com as duas opções sempre disponíveis para acesso, sem nada impositivo. Por exemplo, em um vídeo ou filme, o usuário com deficiência auditiva deve ter a opção de ativar ou desativar a janela de Libras ou a legenda durante a transmissão, conforme a sua preferência.



A esquerda, o símbolo da língua brasileira de sinais. À direita, imagem de uma moça apontando com a mão esquerda para um balão de diálogo que está em sua mão direita.

Designed by Freepik

Como interagir e se comunicar com a pessoa com deficiência auditiva: dicas para o cotidiano

A perda auditiva, em geral, leva a dificuldade de comunicação com os ouvintes. Além disso, pode causar desconforto e sensação de exclusão para a pessoa com deficiência auditiva no ambiente doméstico, social, profissional e/ou escolar/acadêmico. Vamos apresentar algumas dicas direcionadas aos ouvintes para facilitar a comunicação e a interação.

Se você souber qual o grau de severidade da perda auditiva da pessoa, ou se a pessoa é surda sinalizada, oralizada ou bilingue, fica mais fácil definir qual a melhor forma de comunicação. A presença de aparelho ou implante auditivo, por exemplo, pode ser notada visualmente. No entanto, no primeiro contato nem sempre temos todas as informações sobre o melhor canal de comunicação. Não deixe de se comunicar por isso, não fique constrangido se cometer alguma gafe, e vá adiante! A comunicação com a pessoa com deficiência auditiva pode se estabelecer de muitas formas: leitura labial e oralidade, língua de sinais, gestos e mímicas e escrita.

Dicas que valerão em qualquer situação:

□ **Fale sempre de frente para a pessoa.** A cada vez que se vira o rosto durante a conversação o sentido do diálogo pode ser prejudicado pela perda de uma sílaba ou palavra. Lembre-se que falar de frente para o seu interlocutor é sempre sinônimo de atenção e educação, independente da condição sensorial da pessoa.

□ **Fale pausadamente, mas seja natural.** Não precisa gritar, falar separando as sílabas, articular as palavras de modo exagerado, ou repetir várias vezes o que disse, achando que assim será mais fácil se fazer entender (a não ser que a pessoa demonstre que não entendeu).

☐ **Fale com frases curtas e simples, e não omita palavras.** Isso facilita a leitura labial. Evite palavras de difícil compreensão, principalmente se você não souber o nível de escolaridade e letramento da pessoa.

☐ **Não fale mastigando alimento ou chiclete, roendo as unhas ou com a mão na boca,** pois isso atrapalha a leitura labial. Aliás, falar mastigando não é educado em nenhuma situação. Termine de mastigar, engula o alimento, e depois converse.

☐ **Mantenha a conversação em local com boa iluminação,** pois a leitura labial e o bom entendimento de sinais visuais dependerão disso.

Dicas e informações adicionais:

☐ Nem todas as pessoas surdas são usuárias da Libras. Dessa forma, se você for fluente em Libras ou tiver noção básica da língua de sinais pode não ser eficiente sinalizar logo de início. Na dúvida, pergunte a própria pessoa qual a melhor forma de se comunicar com ela, seguindo as dicas acima: fique de frente, fale pausadamente, e utilize frases curtas e simples.

☐ Surdos sinalizados, que utilizam a língua de sinais como forma principal de comunicação, em geral conseguem fazer um pouco de leitura labial. Nesse caso, siga as dicas acima. Provavelmente, ele conseguirá te entender (ou ao menos entender o contexto comunicado), e pode responder por sinais, oralmente ou escrevendo.

☐ O volume da voz deve ser de acordo com a perda auditiva da pessoa. Se você não souber o grau de severidade da perda, comece falando com o tom de voz habitual. Em geral, a própria pessoa vai avisar se não escutou, e se é preciso aumentar o tom da voz. Se for uma pessoa com surdez severa ou profunda, que não utiliza recurso de tecnologia auditiva, não vai adiantar falar mais alto (e nem gritar).

□ Se precisar atrair a atenção da pessoa surda, utilize algum sinal visual ou tátil. O sentido visual dos surdos é em geral aguçado. Nesse caso, você pode abanar as mãos, acender e apagar uma luz ou tocar o ombro, de leve. Jamais dê um empurrão, toque brusco ou tapa com força. Aliás, isso não é educado com ninguém, seja surdo ou ouvinte.

□ Se estiver em uma conversação com a pessoa surda, não faça gestos bruscos e evite balançar as mãos ou o corpo demasiadamente.

□ Não ignore a presença do surdo se a conversa incluir surdo e ouvinte. Se todos estão na conversação, não se vire para falar com o ouvinte, deixando o surdo sem entender o que está falando. Peça licença ou avise ao surdo para esperar um pouco, enquanto você fala diretamente com o ouvinte.

□ Os surdos percebem quando estão falando deles, sem incluí-los na conservação. Aliás, isso é percebido por qualquer pessoa com o mínimo de sensibilidade. A facilidade em identificar visualmente as situações no seu entorno aumenta essa percepção na pessoa surda. Falar de uma pessoa 'pelas costas', seja ela surda ou ouvinte, não é legal!



Símbolo Internacional da Surdez e Perda Auditiva. O símbolo normalmente é visto em locais que oferecem acessibilidade, algum tipo de ajuda ou acesso especial para deficientes auditivos. O símbolo também pode ser utilizado para identificar uma pessoa com deficiência auditiva.

Designed by Freepik

Melhores práticas pedagógicas com a pessoa com deficiência auditiva: dicas para a educação básica e superior

A deficiência auditiva é uma deficiência sensorial e, portanto, não afeta o intelecto. Não considere o estudante que tem deficiência auditiva como pessoa incapaz, ou que deverá ser aprovada em disciplinas ou submetida a processos avaliativos com nível de exigência diferenciado em relação as demais pessoas. Esse estudante precisa de adaptações pedagógicas que atendam a sua condição sensorial e forma de comunicação principal. A legislação brasileira garante a oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão da PcD. Entretanto, não há nenhum trecho na lei que obrigue a aprovação incondicional na educação básica, profissionalizante ou superior de uma pessoa por se tratar de PcD.

Intérprete de Libras como mediador nos espaços escolares/acadêmicos

Todo estudante com deficiência que apresente laudo médico comprovando sua condição tem direito de solicitar à instituição de ensino um mediador. Isso vale para a educação básica, profissionalizante e superior. Por outro lado, o professor precisa saber com antecedência que em sua turma haverá estudante com deficiência que precisa de mediação e/ou adaptações pedagógicas específicas. A informação prévia permite melhor organização do planejamento didático.

O mediador atua nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades pedagógicas, e nas limitações motoras ou da leitura, conforme a necessidade do estudante. Os mediadores que atuam no espaço escolar/acadêmico são pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, intérpretes de Libras, guias, guias-intérpretes, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. O mediador não substituirá o professor e nem realizará as atividades escolares/acadêmicas pelo estudante, mas tão somente dará suporte a ele. O estudante tem o direito de requerer a presença do mediador em todos os espaços didáticos e no acompanhamento das avaliações.

No caso da mediação que envolve estudantes surdos usuários da Libras como primeira língua, quem faz isso é uma pessoa capaz de promover a interpretação da Libras. Estudantes surdos que têm a língua portuguesa como primeira língua fazem leitura labial, e estudantes surdos implantados ou que utilizam aparelhos auditivos têm o apoio dessas tecnologias para ouvir. Esses estudantes se comunicam pela fala e muitos nem sequer sabem se comunicar em Libras. As situações descritas acima não precisam da mediação do intérprete, obviamente, mas vão precisar de adaptações pedagógicas inerentes a condição sensorial do estudante (perda parcial ou total da audição).

O intérprete de Libras é o profissional que efetua a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa. No Brasil, essa profissão é regulamentada pela Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Convém não confundir a função do intérprete de Libras com o professor de Libras, que é o profissional que ensina a língua de sinais em sala de aula, tanto para surdos quanto para ouvintes. A legislação descreve os preceitos éticos que devem ser observados e atendidos pelo intérprete no exercício de sua função: confiabilidade (sigilo profissional); imparcialidade (deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); discricção (deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e fidelidade (a interpretação deve ser fiel, pois o objetivo é passar o que realmente foi dito, ou seja, intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto).

Em qualquer espaço didático (sala de aula expositiva, laboratório de aula prática, aula de campo, etc.), o papel do intérprete é ouvir a explicação do professor (ou de quem estiver falando) e interpretar em Libras para o estudante surdo. O intérprete também faz a mediação inversa, caso o estudante surdo queira fazer alguma pergunta ou algum comentário durante as aulas ou atividades correlatas. Em qualquer espaço didático, o professor é a figura que tem autoridade, mas o intérprete deve ser auxiliado pelo professor. Parte desse auxílio se refere a obter informações suficientes e antecipadas sobre as aulas para garantir a qualidade da interpretação do conteúdo ministrado.

As aulas com a presença de um intérprete de Libras devem prever intervalos que garantam o seu descanso, pois isso melhora a performance na interpretação e preserva a saúde. O processo de atenção à fala na modalidade oral auditiva para interpretá-la na modalidade gestual visual é cansativo, tanto mentalmente quanto fisicamente, e o descanso para o intérprete é imprescindível.

A presença do intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade de estudantes surdos. Já esclarecemos anteriormente que a presença do intérprete não é igualmente importante para todas as pessoas surdas. O professor e a instituição devem promover outras adaptações que permitam a acessibilidade de todos os estudantes com deficiência auditiva.

Dicas para a educação básica e superior

Algumas dicas de práticas pedagógicas foram adaptadas das instruções fornecidas pela Profa. Ingrid Sartori, que estão disponíveis em <https://desculpenaouvi.com.br/>. Ela é pedagoga, mestre em educação e especialista em educação de surdos, ministrando aulas para pessoas com deficiência auditiva desde a educação infantil até o ensino superior. Essas dicas podem ser aplicadas na educação básica e superior. A depender da idade dos estudantes, o professor pode realizar uma dinâmica prévia de interação envolvendo todos da turma para incentivar a socialização, e explicar a condição sensorial da pessoa com deficiência auditiva. A Prof. Ingrid Sartori sugere que os professores da educação básica acessem mais informações sobre a prática docente com estudantes surdos em: <https://desculpenaouvi.com.br/20-dicas-de-inclusao-de-alunos-surdos/>.

Utilize as dicas que ‘valerão em qualquer situação’, pois elas servem perfeitamente aos espaços didáticos. Relembrando:

- ✓ Fale sempre de frente para a pessoa
- ✓ Fale pausadamente, mas seja natural
- ✓ Fale com frases curtas e simples, e não omita palavras
- ✓ Não fale mastigando alimento, roendo as unhas ou com a mão na boca
- ✓ Mantenha a conversação em local com boa iluminação

Conheça o seu estudante, e pergunte:

- Qual a preferência de comunicação? Se for um estudante surdo sinalizado, por exemplo, você pode aprender noções básicas da Libras, mesmo com um mediador na sala de aula.

- Qual o melhor local do espaço didático quanto à iluminação para maior eficiência na comunicação? Isso é importante tanto para sinalização quanto para a leitura labial.

- Você prefere receber com antecedência o material escrito com os temas e/ou conteúdo das aulas? O contato prévio com o material escrito facilita a compreensão do conteúdo, pois o sentido visual das pessoas surdas é mais aguçado. Lembre-se que isso também auxilia o intérprete de Libras, que precisará ter familiaridade com os termos utilizados durante as aulas.

- As estratégias pedagógicas e os recursos cumprem o objetivo da aprendizagem? Essa avaliação deve ser feita regularmente, e no decorrer das aulas, investigando, por exemplo, se o material visual auxiliou, se a legenda do vídeo foi compreendida, se está conseguindo fazer a leitura labial ou acompanhar o intérprete com facilidade, etc.

Evite falar enquanto escreve na lousa. Ao ficar de costas, a leitura labial se torna impossível, e a escuta por meio de aparelhos ou implantes pode ficar prejudicada. Essa posição também compromete a interpretação em Libras, pois o profissional pode ter dificuldade em escutar a sua explicação.

Não apague todas as luzes da sala ao fazer uma projeção de slides. Lembre-se que a falta de iluminação adequada compromete o entendimento da sinalização e da leitura labial.

O sentido visual mais aguçado nas pessoas surdas não fará com que imagens ou recursos audiovisuais tornem qualquer informação óbvia. Como qualquer estudante, ou seja, pessoa em formação, em aprendizado, há necessidade de explicação e contextualização daquilo que é apresentado em qualquer formato.

Legenda é algo essencial, e é particularmente essencial para pessoas surdas que têm na língua portuguesa a sua primeira língua. Esses surdos não se beneficiam de interpretação em Libras. Ao indicar vídeos e documentários para assistir como atividade extraclasse, ou utilizá-los em aula, verifique se têm acessibilidade. Se gravar vídeo aulas, por exemplo, pode dispor da legendagem automática do YouTube.

Se o estudante utilizar aparelhos ou implantes auditivos, pode se beneficiar da utilização do sistema FM, se houver disponibilidade. O sistema FM (sistema de frequência modulada) é um recurso de acessibilidade que visa melhorar a compreensão da fala em ambientes ruidosos. O sistema tem um transmissor utilizado pelo orador (o professor, nesse caso), e um receptor conectado à tecnologia auditiva do usuário. A voz do orador é transmitida diretamente para o receptor, e amplificada. A posição do orador não interfere na transmissão do som: o professor pode falar enquanto escreve na lousa ou enquanto caminha pelo espaço didático, por exemplo. O alcance do sistema FM é de aproximadamente 20 metros. Os microfones das tecnologias auditivas vão continuar captando os demais sons do ambiente, mas o foco na fala do orador é mantido. O Sistema FM também pode ser utilizado na saída de áudio de televisores e computadores.

Compreenda as particularidades da escrita do estudante surdo que tem na Libras sua língua principal. As particularidades relacionadas à língua de sinais podem incidir na estrutura sintática da língua portuguesa, tais como: ausência de artigos, pronomes, conjunções e combinações de diferentes letras (vogais e consoantes). Essas particularidades tendem a desaparecer com a prática da leitura e da escrita, e com o avanço do nível de escolaridade.

Muitas das adaptações pedagógicas descritas nesta publicação têm potencial de colaborar com a educação e a transposição do conhecimento para vários estudantes, sejam pessoas com deficiência auditiva ou não. Afinal, todos se beneficiam de estratégias pedagógicas que incluem clareza, interesse, organização e previsibilidade.

Considerações finais

Gostaríamos que a série de publicações 'Boas Práticas', produzida pelo NAP/UENF, incentivassem a desconstrução do pensamento, da fala e de atitudes capacitistas. A palavra capacitismo vem do termo em inglês *ableism*, e significa o preconceito direcionado as PcD. De forma equivocada, muitos relacionam deficiência com ineficiência, e subestimam as PcD, como se elas não fossem capazes de cumprir tarefas, de interagir, de estudar, de ter uma profissão. Obviamente que há limitações, mas adaptações e recursos de acessibilidade podem e devem ser organizados para possibilitar maior autonomia e independência dessas pessoas, garantindo a inclusão.

A audição é um dos sentidos que as pessoas vão naturalmente perdendo com o envelhecimento. Se hoje você é um ouvinte, essa condição pode mudar com o passar dos anos. Cerca de um terço das pessoas acima de 65 anos têm algum grau de perda auditiva, e a partir dos 75 anos pelo menos metade das pessoas têm quadros de surdez. Dessa forma, com a expectativa de vida aumentando na população brasileira e mundial, a chance de cada pessoa fazer parte do grupo de pessoas com deficiência auditiva também aumenta. Saber disso pode ser um incentivo para que todos nós possamos nos unir em torno das garantias de acessibilidade para as PcD.

Transmitimos nesta publicação informação sobre o tema, mas empatia, proatividade e mudança de atitude ficarão sempre por conta de cada pessoa. **Faça a sua parte!**



Desenho de mãos coloridas estendidas que simbolizam diversidade, integração e inclusão.

Referências citadas no texto e links sobre o tema para consulta

Capovilla, F.C. & Raphael, W.D. (2001) Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. Volume I: Sinais de A a L (2 ed.). São Paulo: Edusp.

Pereira, M.C.C.O. (2014) O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. Educar em Revista, Edição Especial, n. 2, p. 143-157.

Pesquisa Nacional de Saúde - PNS (2019) Informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE. 85p. Acesso aos indicadores disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/painel-de-indicadores-mobile-desktop/>

Sasaki, R. K. (2002) Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), ano V, p. 6-9. Atualização da terminologia em 2011 disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios>

Sasaki, R. K. (2009) Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), ano XII, p. 10-16.

Resumo dos principais resultados da PNS 2019: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia.html>

Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES: <https://www.gov.br/ines/pt-br>

Surdos que Ouvem+Crônicas da surdez: <https://cronicasdasurdez.com/>

Desculpe, não ouvi: <https://desculpenaoouvi.com.br/>